

Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação

Sexual violence against children: the gender category in education studies

Raquel Baptista Spaziani¹
Universidade Ibirapuera (Unib)
raquelspaziani@outlook.com

Cláudia Pereira Vianna²
Universidade de São Paulo (USP)
cpvianna@usp.br

Resumo: O artigo analisa a categoria de gênero nos estudos sobre violência sexual contra crianças da área da Educação (1987-2015). A produção examinada, levantada no Banco de Teses e Dissertações do portal CAPES, foi dividida em três grupos: a) a invisibilidade do gênero e o uso de outras categorias para a análise da violência sexual contra crianças; b) a menção ao gênero, mas sem articular as construções de gênero com a análise da produção da violência sexual contra crianças; c) a articulação entre as relações de gênero e a produção da violência sexual contra crianças. Os resultados ressaltam que não existe apenas uma forma de análise da violência sexual contra crianças na área da educação, mostrando os distintos matizes de possíveis aproximações da produção acadêmica sobre o tema, além de fornecer pistas para as aproximações e distanciamentos desta produção com a perspectiva de gênero.

Palavras-chave: Violência Contra a Criança; Relações de Gênero; Educação.

¹Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente no departamento de Psicologia da Universidade Ibirapuera (Unib) e professora substituta no Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Doutora em Educação e Livre Docência, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada Sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Abstract: This article analyzes the gender category in dissertations and theses about sexual violence against children in Education area (1987-2015). The academic production examined, collected from the CAPES portal Thesis and Dissertation Bank, was divided into three branches: a) the gender invisibility and the use of other categories for the analysis of sexual violence against children; b) the mention of gender, but without articulating it with the analysis of the production of sexual violence against children; c) the articulation between gender relations and the production of sexual violence against children. The results point out that there is not only one form of analysis of sexual violence against children in the area of education, showing the distinct shades of possible approximations of the academic production on the subject, besides providing clues to the approximations and distances of this production with the perspective of gender.

Keywords: Sexual violence against children; Gender Relations; Education.

Introdução

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) no período de 2011 a 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 58.035 (31,5%) contra crianças. Entre essas 74,2% eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino, sendo 81% dos autores homens. Pouco mais da metade dessas crianças (51,2%) possuíam entre 1 e 5 anos de idade, com alta concentração na região Sudeste (40,4%) e acentuada presença da residência como um local de perpetuação da violência sexual contra crianças. Assim, fica evidente os inúmeros desafios para lidar com as complexas questões que o enfrentamento dessa realidade exige.

A violência sexual contra crianças pode ser compreendida como todo o ato sexual – com ou sem contato físico – em que a vítima é submetida a participar, a fim de atender aos desejos de alguém com mais poder do que ela – como um adulto. No que diz respeito à compreensão sobre as causalidades dessa violência, não é rara a relação entre a violência sexual contra crianças a um padrão social falocrático, machista, patriarcal e/ou heteronormativo, evidenciando os índices em que as meninas são as vítimas mais frequentes, enquanto que os homens são os perpetradores mais comuns. Dessa maneira, em um primeiro momento, pode parecer óbvia a associação entre gênero e violência sexual contra crianças.

Segundo o Disque 110 (BRASIL, 2015), mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) – para registro e encaminhamento de denúncias –, os homens são os principais perpetradores da violência sexual contra crianças, assim como as meninas são as vítimas preferenciais, porém há a subnotificação da violência sexual contra meninos, na medida em que algumas famílias, temendo a associação de seus filhos à homossexualidade, não chegam a fazer a denúncia.

Compreendemos que a violência sexual contra crianças possui uma dimensão relacionada ao gênero, entrelaçada às construções das sexualidades e infâncias, expressando as desigualdades de poder que envolvem estas categorias. Entretanto, a relação entre violência sexual contra crianças e as relações sociais de gênero não é óbvia, na medida em que os estudos mostram diferentes entendimentos sobre o assunto.

Esses diferentes olhares sobre o mesmo fenômeno se dão devido às diversas concepções sociais, políticas e culturais em torno do tema. Nesse sentido, gênero é tratado ora como oposição a sexo, a fim de distinguir o fator cultural do fator biológico; ora como variável empírica, sinônimo de sexo; como forma de “ser homem” e “ser mulher”; e, até mesmo, como categoria de análise e as desigualdades de poder presentes nas relações de gênero (KOVALESKI, TORTATO, CARVALHO, 2011).

Se o gênero não possui um sentido unívoco, podendo expressar diferentes compreensões, abordar o tema da violência sexual contra crianças a partir dessa perspectiva de análise exige a busca da compreensão de seus sentidos, já que a conceituação de um fenômeno não apenas reflete um modo de conhecer, mas principalmente institui um jeito de conhecer (LOURO, 2007).

Não temos nenhuma intenção de hierarquizar os estudos aqui examinados como se incluir ou não o gênero na análise fosse a única forma possível de garantir a compreensão da violência sexual contra crianças. A intenção deste artigo é captar as distintas maneiras de se examinar determinados aspectos desta violência na área da educação. Assim, este artigo apresenta alguns dos resultados de pesquisa de doutorado de Raquel Spaziani (2017) que visou analisar a categoria de gênero em dissertações e teses sobre violência sexual contra crianças, produzidas entre os anos 1987-2015 em programas de pós-graduação de todas as áreas de conhecimento para, depois, proceder a um diálogo mais adensado com as pesquisas vinculadas à área da educação.

Considerando a articulação entre gênero e violência sexual contra crianças, surgem as seguintes questões: a perspectiva de gênero se insere nas produções acadêmicas da área da educação sobre a violência sexual contra crianças? De que modo as dimensões de gênero aparecem ou desaparecem nestas pesquisas?

São muitas as justificativas para tal recorte de pesquisa, aqui cabe enfatizar ao menos duas delas. Em primeiro lugar, é importante sublinhar que são muitas as áreas que abordam a temática aqui em foco e fizemos uma escolha pela educação. Tal alternativa se deu por compreendê-la como um dos campos profícuos para a desconstrução das desigualdades de gênero e para o enfrentamento da violência sexual contra crianças. Esse campo faz parte das políticas de combate à violência sexual contra crianças, por meio da formação de educadores/as; ações preventivas com as crianças; articulação com a rede de proteção; notificação compulsória das suspeitas de violência sexual; fortalecimento dos espaços de protagonismo infantil; implementação da educação em sexualidade na escola, dentre outros. Se os dados estatísticos demonstram recorrentemente que a maior parte dos casos de violência sexual ocorre de modo intrafamiliar, é no espaço da escola que as crianças poderão encontrar ações protetivas e de denúncia.

Em segundo lugar, o foco nas dissertações e teses decorre da importância da produção acadêmica na instituição de saberes, desestabilizando as verdades únicas. Os programas *stricto sensu* de pós-graduação

visam, dentre outras coisas, gerar e divulgar conhecimentos, tornando-se interessante investigar quais discursos sobre a violência sexual contra crianças estão sendo produzidos nesse contexto. Uma forma de aprofundar as distintas maneiras de articulação entre a categoria gênero e o fenômeno da violência sexual contra crianças está justamente na análise do conjunto de produções acadêmicas que sustentam e produzem esses discursos. A escolha por analisar dissertações e teses se deu também pela constatação, durante levantamento apresentado a seguir, de que a maior parte dos artigos publicados em periódicos é fruto da divulgação de resultados de pesquisas acadêmicas.

Percurso metodológico

O levantamento das pesquisas tomou por base o Banco de Teses e Dissertações do portal CAPES. A delimitação do período de busca, 1987 a 2015, considerou o ano de inserção de dissertações e teses nessa base de dados. Foram utilizados 20 descritores e sinônimos padrões³, levantados na base de dados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), bem como 23 palavras-chave⁴ escolhidas por meio do livro “Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” (FALEIROS, 2000), com sugestões de termos que podem ser utilizados na pesquisa sobre a temática.

Esses termos serviram como filtros para percorrer o Banco de Teses e Dissertações do portal CAPES, por meio dos títulos, palavras-chave e resumos das produções sobre violência sexual contra crianças de todas as áreas dos programas de pós-graduação.

Localizamos 415 dissertações e teses sobre violência sexual contra crianças. Dessas, 31 eram pesquisas vinculadas às pós-graduações da área da educação.

Na pesquisa que embasa este artigo, a análise dessa produção acadêmica dialogou diretamente com as categorias de Maria de Fátima Araújo, Lilia Schraiber e Diane Cohen (2011), em estudo sobre a presença da perspectiva de gênero na produção da área da saúde. Assim, os grupos interpretativos quanto à utilização da perspectiva de gênero foram inspirados no estudo dessas autoras.

O primeiro diz respeito à invisibilidade do gênero e ao uso de outras categorias para a análise da violência sexual contra crianças. A abordagem da violência sexual contra crianças não aparece explicitamente vinculada às relações sociais de gênero. As pesquisas não relacionam a perspectiva de

³ Descritores e sinônimos segundo a base de dados DeCS: abuso sexual na infância; abuso sexual de menor; abuso sexual de menores; abuso sexual de crianças e adolescentes; molestamento sexual da criança; abuso sexual da criança; abuso sexual de criança; abuso sexual infantil; maus-tratos sexuais da criança; maus-tratos sexuais de menor; maus-tratos sexuais infantis; violação sexual de menor; violação sexual infantil; violência sexual; violência doméstica; maus-tratos; violência na família; incesto; pedofilia; estupro; vítimas de crime; vitimização.

⁴ Palavras-chave: Abusador; Abuso sexual doméstico; Abuso sexual intrafamiliar; Abuso sexual incestuoso; Abuso sexual intergeracional; Abuso sexual intrafamiliar; Agressão sexual; Aliciador; Aliciamento; Assédio sexual; Atentado violento ao pudor; Coação; Crime sexual; Exibicionismo; Molestador; Pacto do silêncio; Pedófilo; Perversão sexual; Relação forçada; Sedução; Segredo; Segredo Familiar.

gênero à compreensão sobre a violência sexual contra crianças. Algumas até mencionam conceitos como gênero, patriarcado, machismo etc., porém sem discorrer sobre eles, descrevê-los ou explicá-los. São outras as categorias analíticas escolhidas para a reflexão sobre o fenômeno.

O segundo grupo de dissertações e teses examinadas faz menção ao gênero ao trazer à baila as diferenças sociais e culturais entre as masculinidades e feminilidades, mas sem articular essas construções de gênero com a produção da violência sexual contra crianças. A análise desse fenômeno aparece dissociada do gênero e opta por destacar outras categorias, como a idade.

No terceiro e último grupo o gênero é utilizado como categoria para significar as relações de poder contidas na produção da violência sexual contra crianças. Ou seja, os estudos inseridos nesse grupo abordam não só as diferenças sociais e culturais entre as masculinidades e feminilidades, mas também o entendimento de como se produzem essas diferenças como desigualdades de gênero, relacionando-as à violência sexual contra crianças.

A invisibilidade do gênero e o uso de outras categorias para a análise da violência sexual contra crianças

As 18 pesquisas presentes neste grupo não relacionam a perspectiva de gênero à compreensão sobre a violência sexual contra crianças. Algumas delas mencionam conceitos como gênero, patriarcado, machismo etc., porém sem discorrer sobre eles, utilizando outras categorias analíticas para refletir sobre o fenômeno (ALBUQUERQUE, 2010; BORGES, 2011; BRINO, 2006; CORREIA, 2011; CUNHA, 2007; FERREIRA, 2014; IBIAPINA, 2013; IKEFUTI, 2012; LÖSER, 2009; MACHADO, 2014; MARTINS, 2007; PENCO, 2015; PIETRO, 2007, 2013; PRECOMA, 2011; SAGAZ, 2008; SALINAS, 2015; SANTOS, 2011; VOLLET, 2002).

A categoria idade foi considerada central para a análise da violência sexual contra crianças, o que de fato é, uma vez que ela permite a compreensão da violência sexual contra crianças como o uso de poder do/a adulto/a – mais forte, maior, autônomo/a, com mais conhecimento, autoridade e em estágio do desenvolvimento psicossocial mais adiantado. Discutir o adultocentrismo é urgente e necessário, ainda mais quando relacionado à violência sexual na infância, expressão máxima do uso da autoridade adulta sobre as crianças.

A maior parte dos estudos com essa evidência embasou seus conceitos nas pesquisadoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra (1988, 2000), que entendem a violência sexual contra crianças como um fenômeno interpessoal, relacionado ao adultocentrismo e às relações familiares desiguais que silenciam as vítimas – o que pode ter se relacionado ao enfoque desses estudos prioritariamente na idade dos/as envolvidos/as.

Alguns estudos associaram a idade das crianças à impossibilidade de consentimento, deslocando a análise da cultura adultocêntrica, com foco nas desigualdades de poder entre perpetrador/a e crianças, para

o desenvolvimento cognitivo infantil. Essa forma de analisar o fenômeno se aproxima das teorias desenvolvimentistas as quais compreendem as crianças como imaturas cognitivamente.

De acordo com Gregori (2004) e Lowenkron (2014b), a impossibilidade de consentimento deveria se relacionar às vulnerabilidades que determinados marcadores sociais atribuem aos indivíduos. No caso das crianças, seriam as representações das infâncias como fase especial do desenvolvimento humano associadas à relação assimétrica de poder entre elas e os/as adultos/as que constituiriam as suas vulnerabilidades. No entanto, nos estudos analisados, as vulnerabilidades infantis não foram discutidas por meio da posição social subalterna que as crianças ocupam em nossa sociedade, mas sim em seus aspectos biológicos e de desenvolvimento humano.

Outra referência foi a transmissão psíquica entre as gerações. De acordo com Gustavo Salinas (2015), pais e mães vítimas de violência sexual na infância poderiam “transmitir” essa herança de violência a seus/suas filhos/as, caso não elaborassem as experiências traumáticas. Essas crianças, então, poderiam ter um “despreparo psíquico”, agindo de modo passivo diante da violência sexual, bem como poderiam tender a se identificar com parceiros abusivos na idade adulta. Ao final do estudo há a menção de que a violência contra meninas também seria decorrente de um processo histórico de subjugar as mulheres:

A repetição no caso das mulheres violentadas representa a nosso ver um duplo movimento: a) refazer a proteção consciente rompida pelo choque traumático; b) possibilitar significações outras, ou seja, promover um possível desatamento de significados fixos relacionados ao evento traumático do abuso sexual, de modo a transformá-lo em uma “dor inteligível” e suportável conscientemente (SALINAS, 2015, p. 19).

Cabe ponderar que mais do que uma herança psíquica, a violência sexual é fruto da autorização cultural para que os homens tratem as meninas e as mulheres como os seus objetos sexuais. Da mesma maneira, as crianças vitimizadas não agem de modo passivo, mas sim são silenciadas de diversas maneiras, visto que a violência sexual contra crianças se caracteriza como uma forma extremada de domínio. Há, nessa violência, a mínima possibilidade de resistência, que irá aparecer quando as vítimas conseguem relatar o ocorrido para alguém de sua confiança ou quando expressam indicadores da violência na qual estão sendo submetidas, em uma espécie de pedido de socorro (XAVIER FILHA, 2008).

É interessante notar que alguns estudos que invisibilizam a categoria gênero em suas análises explicam a violência sexual por meio de um suposto perfil do/a autor/a da violência, como no caso de Beatriz Albuquerque (2010), Alci Borges (2011), Roseana Cunha (2007), Andreia Penco (2015), Angela Pietro (2007; 2013) e Valéria Sagaz (2008).

Segundo Albuquerque (2010) e Pietro (2007, 2013), os homens autores da violência poderiam apresentar traços de personalidade psicótica ou perversa, problemas neurológicos, baixa tolerância ao estresse e dependência química. Eles saberiam que seus atos seriam errados, porém não teriam controle para interrompê-los. A violência sexual traria para si o alívio de tensão, conduzindo-os à repetição e

tornando-os dependentes, fazendo com que suas tentativas de parar tais ações trouxessem sintomas de abstinência, como irritabilidade, agitação e ansiedade.

Já Borges (2011), Cunha (2007) e Sagaz (2008) compreenderam os perpetradores como homens com baixa autoestima, desleixados com a aparência e higiene, fazendo uso abusivo de álcool e substâncias ilícitas. Brino (2006) adiciona que esses homens teriam ainda o desenvolvimento emocional bloqueado com necessidade de se sentirem poderosos. Assim, poderiam ter um perfil reservado, pouco viril, moralista, com aversão à sexualidade adulta, bem como agressivo, violento, com desprezo pelas mulheres. Eles também poderiam apresentar medo de mulheres adultas; abuso de substâncias; transtorno do impulso; senilidade; falha no mecanismo de inibição da violência sexual intrafamiliar. Por outro lado, esse estudo apontou alguns fatores culturais relacionados à violência sexual, tais como masculinidades associadas à dominação; erotização de crianças; normas repressivas sobre a masturbação e o sexo extraconjugal; tolerância social pelo interesse sexual em crianças e pela pornografia infantil.

A violência sexual traria então para os perpetradores o alívio de tensão, conduzindo-os à repetição e tornando-os dependentes, fazendo com que suas tentativas de parar tais ações trouxessem sintomas de abstinência, como irritabilidade, agitação e ansiedade.

De acordo com Penco (2015), determinadas práticas sexuais poderiam ser compreendidas pelos perpetradores como não violentas, fazendo com que o seu “instinto”, um “sentimento inato”, se sobressaísse ao comportamento socialmente exigido. Segundo esse estudo, os fatores de risco para a ocorrência da violência sexual contra crianças seria a naturalização da violência, a intergeracionalidade e a vítima seduzir o perpetrador e este não conseguir controlar os seus impulsos sexuais.

Tal como analisou Foucault (2010), o encontro entre os discursos jurídicos e psiquiátricos construiu discursos de verdade, com estatutos científicos, concebendo o crime como um traço individual. No que diz respeito à violência sexual contra crianças, essa forma de análise pode justificar a patologização das atitudes dos/as autores/as da violência, deslocando o foco do crime em si e de suas possibilidades de enfrentamento para a personalidade dos perpetradores, negligenciando a discussão sobre os mecanismos sociais que produzem essa violência.

Também foi possível notar, nos estudos de Albuquerque (2010), Brino (2006), Martins (2007) e Penco (2015) uma certa culpabilização das mães das vítimas, como se elas fossem as únicas responsáveis em proteger as crianças, colocando-as, também, como rivais de suas filhas ao “disputar” o mesmo homem.

De acordo com esses estudos, histórias de vitimização sexual das mães na infância dificultariam a forma como elas lidariam com a situação em relação às suas filhas, podendo ter problemas para afastar o perpetrador, seu parceiro íntimo. A fim de suportar a situação, elas negariam, desmentiriam e culpariam as meninas vitimizadas. Assim, seriam coniventes com a violência sexual, se recusando a admiti-la, por ciúmes de seus companheiros, bem como por dependência financeira. Essas mães foram caracterizadas como passivas, enfermas, ausentes, incapacitadas mentalmente, dominadas e competitivas em relação às filhas.

Cabe notar que até mesmo a ausência de denúncia das mães que têm conhecimento sobre a vitimização sexual de seus/suas filhos/as traz componentes da desigualdade de gênero, na medida em que “historicamente, há uma educação de sujeição do feminino em relação ao masculino. Isto explica, em muitos casos, a chamada ‘convivência’ das mulheres diante da agressão de filhas e filhos” (XAVIER FILHA, 2008, p. 150).

É preciso ainda pontuar que não encontramos dissertações e teses que tivessem como objeto de pesquisa as percepções e os sentimentos paternos sobre a vitimização sexual de seus/suas filhos/as, visto que nem sempre os pais são os perpetradores – ao contrário das diversas pesquisas levantadas com o objetivo de analisar a história de vida, os sentimentos de culpa e os comportamentos protetivos das mães de crianças vitimizadas. As masculinidades parecem estar tão distantes da representação de uma paternidade protetiva e cuidadora, que os estudos não consideraram que os pais também podem se sentir culpados, impotentes, entristecidos ou com qualquer outro sentimento em relação à vitimização de seus/suas filhos/as.

Provavelmente isso esteja relacionado à concepção de que apenas homens são autores da violência sexual contra crianças, bem como aos índices que indicam que, de fato, é mais comum que a violência sexual seja perpetrada por eles, sendo, na maior parte dos casos, homens com vínculos familiares com a criança, como pai, padrasto ou avô.

A menção ao gênero, mas sem articular as suas construções com a análise da produção da violência sexual contra crianças

Esse grupo agrega apenas três estudos voltados para o exame das diferenças sociais e culturais entre as masculinidades e feminilidades, porém sem articular as construções de gênero com a produção da violência sexual contra crianças, enfocando-se em outras categorias para analisar esse fenômeno, como a idade e o consentimento.

As questões de gênero são especificamente retratadas nesses estudos por meio da figura da mulher em um contexto fortemente patriarcal. Educada para o espaço doméstico e para a maternidade, a mulher foi constituída como sujeito sem autonomia e dependente:

A mulher coloca-se na posição de objeto, ou ainda, na posição de ser para o outro: ela não escolhe, mas se deixa ser escolhida. Desse modo, a mulher não atenta para o seu próprio interesse – está ali para servir ao outro, ao homem que a escolhe. Essa forma de proceder, [...], submete a mulher às circunstâncias, e na posição de objeto, ela não exerce a sua autonomia e nem constrói o próprio desejo (CAFÉ, 2004, p. 41).

As questões de gênero são apresentadas tendo no homem o chefe da família, bem como na representação da mulher como frágil e como o símbolo da pureza e do cuidado:

A mulher, no seio da família, tornou-se ser de inocência e de bondade, cuja preservação só poderia ser conseguida pela maternidade. A família passou a ser instituição de valores, de honra e de dever; adotou como inimigos a luxúria, o prazer e a impureza e, como armas, a inibição sexual, o culto da autoridade paterna e da fertilidade materna (VAGLIATI, 2014, p. 85).

Estes lugares sociais reservados à mulher estariam relacionados ao silêncio diante da experiência de vitimização sexual na infância (CAFÉ, 2004; MARTIN, 2007; VAGLIATI, 2014). Considerando essas representações sobre a mulher (assim, no singular), as pesquisas procuram localizar os motivos dessa violência. Uma das possibilidades aventadas é a dificuldade das mães em perceber a violência sexual vivenciada por suas filhas, associada ao fato de elas mesmas terem sido vítimas de violência sexual na infância como algo que lhes foge ao controle. A violência sexual contra crianças foi compreendida como a substituição do desejo do dominado pelo desejo do dominador. Assim, ocorreria pelo “abuso do poder do mais forte, o adulto, contra o mais fraco, a criança”, pela ideia da inferioridade da criança e compreensão dessa como um objeto para a satisfação própria (CAFÉ, 2004).

A violência sexual contra crianças foi também definida como “um uso perverso da sexualidade do outro; se constitui em uma violação dos direitos da pessoa humana conquistados historicamente. [...] A violência sexual é uma relação desigual. Não há acordos; não há o respeito aos direitos humanos das meninas e dos meninos” (VAGLIATI, 2014).

Deste modo, “o medo que têm as crianças e os adolescentes é o principal fator que as impedem de romper o silêncio; medo de sofrer consequências como quebra dos laços familiares por pior que sejam, mantidos em um modelo adultocêntrico, falocêntrico e sexista” (VAGLIATI, 2014).

A maior parte dos casos de violência sexual contra crianças envolveria autores com vínculo com as crianças, “vítimas diárias das investidas de um adulto [...], seja por ameaça seja por sedução, gerando sentimento de culpa, vergonha e medo, que fortalecem o muro de silêncio” (MARTIN, 2007, p.14).

O entendimento de que o gênero seria uma construção social foi partilhado pelos estudos aqui agregados com ênfase nos diferentes investimentos sociais nas masculinidades hegemônicas e nas feminilidades idealizadas, porém o que caracterizaria a violência sexual contra crianças seria a desigualdade de poder entre pessoas adultas e crianças, no que diz respeito ao conhecimento, autoridade, maturidade e autonomia. Mesmo quando mencionam as diferenças sociais sobre masculinidades e feminilidades, a compreensão da produção da violência sexual contra crianças gira em torno do adultocentrismo, como resultado da dominação das crianças pelas pessoas adultas.

A articulação entre as relações de gênero e a produção da violência sexual contra crianças

Localizamos nove estudos nos quais o gênero foi utilizado como uma ferramenta conceitual de análise das relações de poder que permeiam a violência sexual contra crianças (ASSUNÇÃO, 2011;

BRAGAGNOLO, 2006; COSTA, 2014; FARIA, 2013; LIMA, 2013; LÍRIO, 2013; MIRANDA, 2011; PAIVA, 2015; VOLLET, 2012).

De acordo com esses estudos, no contexto da violência sexual contra crianças, as questões de gênero se manifestam principalmente nos índices que revelam que as meninas são as vítimas preferenciais e os autores mais comuns os homens. Um dos argumentos é que os homens seriam educados para o exercício do poder e para ter os seus desejos atendidos, em detrimento do bem-estar das identidades consideradas subalternas. Assim, as masculinidades foram problematizadas como relacionadas à sexualidade animalesca, impulsiva e de difícil contenção, ao passo que as meninas aprenderiam desde pequenas a serem doces, submissas e obedientes.

Meninos e meninas são tratados/as de modo diferenciado por serem compreendidos/as como naturalmente opostos. Desde pequenos, os meninos são educados para a misoginia e aprendem a aversão por tudo que possa remeter às feminilidades, já que é considerado um demérito serem confundidos com meninas. A permissividade com os comportamentos violentos de meninos e, futuramente, de homens, reflete-se nas estatísticas das violências contra mulheres e meninas (FELIPE, 2012).

Segundo Renata Sousa (2017), “chamar uma determinada prática social de cultura implica atribuir-lhe uma série de fatores que exprimem que essa conduta se caracteriza, entre outras coisas, por ser algo feito de maneira corriqueira e não listado como raras exceções”. Essa educação misógina faz parte da cultura do estupro, conceito criado para descrever a culpabilização da vítima pela violência sofrida, assim como a naturalização do comportamento sexual agressivo dos homens.

A cultura do estupro se propaga também pela noção de que, de alguma maneira, a vítima facilitou a ocorrência da violência sexual. Considerando que a maioria dos homens, ainda hoje, é estimulada a insistir em seus investimentos sexuais contra mulheres, assim como essas são educadas para realizar um ritual de sedução, esquivando-se para se oferecer – visto que a elas não é permitido transparecer o desejo – pode-se incorrer no equívoco de interpretar erroneamente a manifestação do não de uma menina como um flerte. Outras vezes, o não pode nem chegar a ser verbalizado, já que as meninas são ensinadas desde cedo a serem agradáveis e bondosas, mesmo com as pessoas que lhes fazem mal, silenciando-se diante da violência vivida (SOUSA, 2017).

Não à toa a vitimização sexual de meninas foi o foco dos estudos analisados nesse grupo, por meio das relações de gênero já mencionadas, bem como do investimento na erotização de seus corpos. A maneira como as publicidades representam as meninas acabam por objetificá-las, tornando-as modelos de beleza a serem atingidos, bem como mostrando-as como corpos desejáveis, objetos a serem consumidos. Promove-se, então, a expansão de fronteiras entre adultos/as e infâncias, naturalizando a erotização infantil e a atração sexual de adultos/as por crianças (FELIPE, 2006).

Assim, o enfoque das articulações de poder e gênero nas análises sobre a violência sexual contra crianças se deu nas assimetrias de poder entre homens e mulheres. Alguns desses estudos apontaram o patriarcado como produtor da violência sexual contra crianças baseados nas pesquisas de Heleieth Saffioti (1987, 2001), que o compreende como um sistema de dominação e exploração, no qual os homens

acumulariam poder e privilégios diante das mulheres e crianças, consideradas subalternas. A hierarquia de poder construída por meio da dominação masculina legitimaria a superioridade dos homens, negando direitos e desestruturando as identidades de mulheres e de crianças, dominadas.

Esses olhares sobre gênero dizem respeito ao feminismo materialista, no qual homens e mulheres seriam antagonistas. Dessa maneira, o gênero dividiria a sociedade de modo hierarquizado em duas metades, marcando as relações sociais pelo poder e a opressão das mulheres, advindas do patriarcado (KOVALESKI et al., 2011).

Cabe lembrar que historicamente houve um investimento nas relações assimétricas entre as masculinidades e as feminilidades, legitimando os homens a atuarem de modo agressivo, porém as mulheres também podem fazer uso do poder a fim de terem os seus desejos atendidos, como no caso das perpetradoras da violência sexual contra crianças. O fato de os casos mais notificados de violência sexual contra crianças serem perpetrados por homens não exclui a existência de mulheres autoras dessa violência.

Dos estudos analisados, poucos mencionaram as mulheres como possíveis perpetradoras da violência sexual contra crianças. Isso pode ter ocorrido pela representação das feminilidades como não violentas, mas também pela polarização ao representar as masculinidades como detentoras exclusivas do poder, sendo os homens sempre os dominadores.

No entanto, alguns estudos revelam que as representações enrijecidas sobre as questões de gênero, como mostraram as pesquisas de Regina Bragagnolo (2006) e Eliane Paiva (2015), invisibilizam as situações em que as mulheres são perpetradoras da violência, na medida em que características como sensível e maternal associam as feminilidades à proteção e ao cuidado.

A compreensão de que mulheres são possíveis autoras da violência sexual contra crianças requer repensar a representação das feminilidades para o cuidado e para a maternidade, assim como da sexualidade feminina como passiva e isenta de desejos. Esses estereótipos, somados à sexualidade masculina tida como incontrolável e animalesca, colocam as mulheres acima de qualquer suspeita (FELIPE, 2006).

Outro aspecto da apropriação da categoria gênero por esse grupo é o da violência sexual cujas vítimas são os meninos. Nesses casos, os baixos índices de denúncia da violência sofrida estariam relacionados às expectativas sociais sobre as normas de gênero em relação às masculinidades. Isso se manifestaria por meio do entendimento de que meninos não podem ser associados à fragilidade ou à incapacidade de se proteger; ou, até mesmo, da ideia de que os meninos, desde cedo, anseiam pelo contato sexual com uma mulher. Da mesma maneira, nas situações de violência sexual perpetrada por homens contra meninos, a homossexualidade, ainda que suposta, seria fonte de dupla discriminação: dissociação da virilidade e força que ser ‘macho’ representa e homofobia pela compreensão de que a criança vivenciou uma relação sexual tida como fora do padrão de normalidade.

Nesse sentido, as construções normativas de gênero foram apontadas pelos estudos de Admilson Assunção (2011), Regina Bragagnolo (2006) e Edyane Lima (2013) como fatores de invisibilização da violência sexual contra meninos. Isso, porque não caberia às masculinidades características como

fragilidade, não saber/conseguir se defender, assim como falar sobre o que lhe incomoda, fazendo com que essa violência fosse subnotificada.

A representação de gênero como algo natural e fixo coloca à margem todas as vivências e identidades que não correspondem à norma. Ao explicitar a existência da violência sexual contra meninos, evidenciando que ela é silenciada justamente quando a vítima é um menino, representado como fortes, heterossexual, viril etc., essas pesquisas assumem um posicionamento de denúncia não só da violência sexual contra crianças, mas também das normas que ditam os comportamentos a serem seguidos por meninos e por meninas, produzindo vulnerabilidades e sofrimentos.

Considerações finais

Não buscamos com esse estudo estabelecer hierarquias ou formas únicas de analisar o fenômeno, mas sim adensar o debate, uma vez que o balanço apresentado sobre as pesquisas acadêmicas com foco na violência sexual contra crianças na articulação com a perspectiva de gênero é bastante recente. O levantamento permitiu visualizar um panorama da produção acadêmica sobre o tema, toda ela localizada a partir de 2000. Assim, foi possível registrar uma pluralidade de abordagens.

Não existe apenas uma forma de análise da violência sexual contra crianças na área da educação, mas sim distintos matizes de possíveis aproximações da produção acadêmica sobre o tema. É forte o destaque à idade e ao mundo adulto. Também se destaca um grupo de estudos que ao analisarem a violência sexual contra crianças por meio da perspectiva de gênero adensam a relação desta violência com os investimentos sociais em determinadas formas de se exercer as masculinidades e feminilidades, bem como as relações de poder decorrentes dessas construções.

Segundo Joan Scott (1995), o gênero pode ser compreendido como uma categoria analítica, “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, bem como “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Para essa autora (2012), a categoria gênero possibilita a análise das operações relativas à construção social das diferenças entre os sexos e seu funcionamento com base nas relações de poder presentes nas mais diversas arenas. No que diz respeito à violência sexual contra crianças, as dimensões de gênero se fazem presentes em todos os seus aspectos, desde a construção da dita sexualidade masculina impulsiva e incontrolável; das representações dos corpos infantis como disponíveis e eróticos; das fantasias sexuais adultas por esses corpos; das feminilidades como maternais e cuidadoras, desconsiderando que as mulheres também podem perpetrar a violência sexual contra crianças.

Registramos a ausência de algumas problemáticas e recortes nas pesquisas examinadas que podem fornecer pistas para as aproximações e distanciamentos desta produção com a perspectiva de gênero, além de incentivar pesquisas futuras. Os silenciamentos diante de alguns aspectos que permeiam a violência sexual contra crianças – como as mulheres perpetradoras, a educação das masculinidades agressivas, a subnotificação dos casos de meninos vitimizados e a erotização das meninas – não significam a ausência

de gênero em relação ao fenômeno, mas sim a sua omissão na análise, promovendo a contínua invisibilidade de tais temáticas.

Chama a atenção aqui a linguagem utilizada pelo primeiro grupo de estudos ao nomear os indivíduos de ambos os sexos enfatizando a forma masculina. Sabemos que, em nossa sociedade, o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação tem no masculino genérico a forma utilizada para expressar ideias, sentimentos e referências a outras pessoas. Contudo, essa utilização nunca é neutra. A linguagem enquanto sistema de significação é expressão da cultura e das relações sociais de um determinado momento histórico. Se, por um lado, o masculino genérico revela uma forma comum de se manifestar, por outro, seu uso – especialmente em textos que tratam de violência sexual – expressa discriminação sexista e reforça o modelo linguístico androcêntrico. Tal androcentrismo não pode (nem deve) ser aceito como inquestionável ou como mera questão de norma linguística. Isso porque o uso do masculino genérico nas premissas que discutem violência sexual contra crianças pode dar margem para ocultar as desigualdades de gênero. O reconhecimento dessas desigualdades é o primeiro passo para a sua supressão.

Este androcentrismo se soma à ênfase ao adultocentrismo tendo a categoria idade como central na análise da produção da violência sexual contra crianças. Algo que se relaciona a essa questão foi o destaque dado à patologização dos/as perpetradores/as, relacionando a violência sexual a um traço da personalidade de indivíduos adultos. Na medida em que se individualiza as análises sobre o tema, compreendendo-o como produto de um transtorno de personalidade e, portanto, uma exceção, deixa-se de lado a problematização sobre os diversos investimentos sociais que promovem e legitimam a violência sexual contra crianças, como as questões de gênero expressas na cultura do estupro.

Situar a violência sexual contra crianças em uma cultura que a naturaliza, traz à tona a regularidade com que ocorrem essas situações, não podendo ser analisadas como exceções – vide os 58.035 casos notificados de violência sexual contra crianças no período de 2011 a 2017 (BRASIL, 2018). A manutenção da cultura do estupro se faz por meio da educação sexista, que entende os homens como impulsivos sexualmente e as mulheres como submissas; pela linguagem misógina; pela culpabilização da vítima; pela objetificação do corpo de meninas e de mulheres (ONUBR, 2016).

Meninas desde cedo são apresentadas pela mídia e pela publicidade como corpos disponíveis: em posições sedutoras, com olhares sensuais, mas com gestos e roupas remetendo à inocência. Segundo Jane Felipe (2006), a contradição entre as leis de proteção às infâncias e a naturalização da exibição dos corpos infantis como objetos de desejo e sedução, pode ser denominada de pedofilização. Assim, as meninas são erotizadas desde cedo enquanto, em contrapartida, as mulheres adultas são representadas de modo infantilizado, tornando as crianças corpos desejáveis.

Pôde-se perceber que a perspectiva de gênero se inseriu parcialmente nas produções científicas da área da educação sobre a violência sexual contra crianças, na medida em que, apesar de os estudos mencionarem a relação entre a violência sexual contra crianças e as dimensões de gênero, isso não se traduziu, necessariamente, no uso desse conceito em todo o seu potencial analítico.

As pesquisas analisadas também evidenciaram, independentemente da categorização, dar pouca visibilidade às temáticas da pedofilização e erotização infantil, das mulheres autoras da violência sexual contra crianças e dos meninos vitimizados sexualmente – indicando que esses são temas a serem aprofundados.

Chamou a atenção a quantidade e a maneira com que os estudos abordaram a questão das mães das crianças vitimizadas, em uma espécie de culpabilização dessas mulheres sobre algo difícil de se identificar. Considerando que profissionais precisam de formação para conhecer os indicadores de violência que uma criança pode apresentar, como cobrar essa identificação de modo espontâneo das mães? Por outro lado, identificou-se a ausência de estudos sobre as percepções e os sentimentos dos pais em relação à violência sexual sofrida por seus/suas filhos/as.

Isso revela um olhar normativo em relação às questões de gênero na dinâmica familiar, responsabilizando as mulheres unicamente pelos cuidados e proteção das crianças, bem como afastando os homens da possibilidade de exercício de uma paternidade protetiva e da expressão de sentimentos que remetam à fragilidade.

Analisar a família por meio da perspectiva de gênero também possibilita a ruptura com o discurso de sua sacralidade, na medida em que esse é o espaço de maior ocorrência da violência sexual contra crianças, provavelmente por evocar a ideia de privacidade e propriedade. O elo mais frágil da família é a criança e, segundo Xavier Filha (2009, p. 130), é preciso refletir sobre “as relações que se estabelecem entre os membros da família e as formas pelas quais os relacionamentos de poder ganham proporções de limitação da liberdade e de ‘coisificação’ do sujeito. Nesta discussão, urge ressaltar como esse tipo de abuso se configura como violência de gênero”.

Observou-se ainda a importância de a área de educação produzir mais pesquisas sobre a violência sexual contra crianças, se consolidando como um campo de conhecimento sobre o assunto, já que seu enfrentamento atravessa essa área. Do mesmo modo, consideramos necessário aproximar esses estudos da perspectiva de gênero, ampliando as análises sobre o fenômeno. De acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, deve-se associar a educação ao combate dessa violência, por meio da educação em sexualidade e a igualdade de gênero.

Entende-se que faz parte do compromisso ético-político de universidades e de programas *stricto sensu* de pós-graduação a produção de conhecimento sobre os temas de relevância social, tal como a violência sexual contra crianças e as suas possibilidades de enfrentamento, bem como a articulação com a sociedade, por meio da formação de profissionais que compõem a rede de proteção às crianças e das famílias.

Como ainda são poucos estudos sobre as políticas educativas de combate à vitimização sexual na infância, seria imprescindível investigar quais são os processos e desafios para a sua efetivação. Da mesma maneira, seria interessante analisar se, e de que maneira, as disputas pelo veto, omissão ou uso da categoria gênero na educação podem se relacionar às compreensões de professores/as sobre a violência

sexual contra crianças, já que a educação em sexualidade é uma ação de enfrentamento importante a essa violência, porém se esbarra em uma série de dificuldades para se efetivar de modo crítico na escola.

O cerceamento da discussão de gênero na escola, sob forma da retórica de que a categoria gênero seria uma temível “ideologia de gênero”, tem como consequência a limitação das ações de prevenção e proteção à violência sexual contra crianças que, provavelmente, se restringirão a ensinar à criança sobre a autoproteção, ou seja, a reconhecer e a recusar abordagens coativas e inadequadas. Isso, desarticulado das discussões de gênero, pode delegar às crianças a responsabilidade por sua proteção, negligenciando a busca por mudanças nos aspectos estruturais que promovem essa violência, seja por não desconstruir as normas de gênero que favorecem a ocorrência dessa violência, como pelo fortalecimento da representação da família como sagrada e única responsável pela criança, dificultando as denúncias de violência sexual que ocorrem nesse ambiente.

Assim, a perseguição à categoria de gênero nas escolas poderia compor mais um aspecto dificultador, na medida em que inibe o diálogo de professores/as sobre essas questões, bem como pode fazer com que eles/as compreendam determinados assuntos como unicamente relacionados às famílias. Isso reforçaria a ideia de privacidade e de propriedade das famílias em relação às crianças, afastando a área da educação de suas responsabilidades quanto ao enfrentamento à violência sexual contra crianças.

Referências

ALBUQUERQUE, Beatriz. **Análise bioecológica de um serviço de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual**. Rio Grande: Mestrado, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2010.

ARAÚJO, Maria de Fátima; SCHRAIBER, Lilia; COHEN, Diane. Penetração da perspectiva de gênero e análise crítica do desenvolvimento do conceito na produção da Saúde Coletiva. **Interface**, v. 15, n. 38, p. 805-818, 2011.

ASSUNÇÃO, Admilson Mario. **Narrativas silenciadas**. Cuiabá: Mestrado, Universidade Estadual do Mato Grosso, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. **Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Roca, 1988.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, v. 49, n. 27, jun. 2018.

BRASIL. **Disque 100: 4 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em setembro de 2019.

- BORGES, Alci. **Direitos humanos e o silêncio da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Teresina: Mestrado, Universidade Federal do Piauí, 2011.
- BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. **Crianças em contextos de violências sexuais: a gestão do atendimento num Programa Sentinela de Santa Catarina**. Florianópolis: Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BRINO, Rachel. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. São Carlos: Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2006.
- CAFÉ, Mônica. **Família e educação para heteronomia: a violência dos silêncios**. Goiânia: Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2004.
- CORREIA, Cristiane Maria. **As interfaces da violência doméstica contra crianças e adolescentes: vozes constitutivas de fragmentos de histórias de vida**. Piracicaba: Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, 2011.
- COSTA, Quiteria. **As representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: um estudo sobre os processos educativos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Belo Horizonte: Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- CUNHA, Roseana. **Violência sexual infanto-juvenil: horror, indignação e enfrentamento**. João Pessoa: Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- FALEIROS, Eva Teresinha. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.
- FARIA, Livia Monique. **Violências sexuais: o borbulhar de discursos de profissionais da educação infantil**. Lavras: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Lavras, 2013.
- FELIPE, Jane. Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012, p. 217-226.
- FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 201-223, 2006.
- FERREIRA, Emerson. **Crianças infames: fragmentos de vidas no arquivo público e histórico de Ribeirão Preto**. São Carlos: Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- IBIAPINA, Aricelma. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento**. Belém: Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2013.
- IKEFUTI, Michelle. **Concepções de licenciandos sobre violência sexual e políticas educacionais**. São José do Rio Preto: Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2012.
- KOVALESKI, Nadia; TORTATO, Cintia; CARVALHO, Marília. Gênero: flashes de uma construção. In: CASAGRANDE, Lindamir; LUZ, Nanci; CARVALHO, Marília (Orgs.). **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011, p. 49-70.
- LANDINI, Tatiana. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. **Cadernos Pagu**, v. 26, n.1, p. 225-252, 2006.

LIMA, Edyane. **Violência sexual contra crianças: formação docente em discussão.** Maringá; Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2013.

LÍRIO, Flavio. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém-PA.** Belém: Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2013.

LÖSER, Noemí Maria. **Crianças na tela: formas de abuso da infância no cinema nacional contemporâneo.** Itajaí: Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, 2009.

LOURO, Guacira. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Cultura**, v. 1, n. 25, p. 235-245, 2007.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

MACHADO, Cláudia. **Educação e direitos humanos: trajetórias de Porto Alegre no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

MARTIN, Maria. **Violência sexual contra a criança e o adolescente: desconstruindo mitos, construindo práticas no cotidiano escolar.** Vitória: Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

MARTINS, Rogéria. **Abuso sexual e a escola: o público e o privado na “gestão democrática” das políticas públicas.** Salvador: Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2007.

MIRANDA, Fernanda. **O enfrentamento à violência sexual na escola: seus sentidos e significados para os educadores.** Corumbá: Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011.

ONUBR. *Por que falamos de cultura do estupro?* Disponível em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em: 27 de março de 2017.

PAIVA, Eliane Aparecida. **A prevenção primária e secundária do abuso sexual na educação infantil: reflexões no âmbito das políticas públicas.** Campinas: Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PENCO, Andreia. **O projeto “Escola que Protege” em Dourados/MS: prevenção da violência sexual infantojuvenil no âmbito educacional.** Dourados: Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

PIETRO, Angela. *A ecologia da violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva.* Rio Grande: Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

PIETRO, Angela. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do ensino fundamental.** Rio Grande: Mestrado, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

PRECOMA, Eliane Cleonice. **Representações de violência reveladas por crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco social: histórias e caminhos de resiliência.** Campinas: Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina. **Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais nas infâncias no sul de Minas Gerais.** Lavras: UFLA, 2016.

- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAGAZ, Valéria. **Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e o processo de resiliência: perspectiva de compreensão a partir da abordagem ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner**. Ponta Grossa: Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.
- SALINAS, Gustavo. **A transmissão da vida psíquica entre gerações: os aspectos determinantes do fazer-se herdeiro da violência sexual**. Araraquara: Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2015.
- SANTOS, Rita de Cássia. **Violência sexual e a formação de educadores: uma proposta de intervenção**. Presidente Prudente: Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2011.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan. Reverberaciones feministas. **CS Estudios sobre Latinoamérica y el Caribe con Perspectiva Global**, v. 1, n. 10, p. 339-370, 2012.
- SOUSA, Renata. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.
- SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação (1987-2015)**. Araraquara: Doutorado, Universidade Estadual Paulista, 2017.
- VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. Francisco Beltrão: Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.
- VOLLET, Mayra. **O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar**. Araraquara: Doutorado, Universidade Estadual Paulista, 2012.
- VOLLET, Mayra. **O uso de técnicas expressivas gráficas e verbais em casos de violência sexual doméstica infantil**. Araraquara: Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2002.
- XAVIER FILHA, Constantina. O “despertar de um homem” e as “marcas do silêncio” na violência sexual contra crianças e adolescentes: gênero e relações de poder. In: SILVA, Paulo Vinicius; LOPES, Jandicleide; CARVALHO, Arianne. **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, p. 125-160.

Recebido em: 07/11/2019

Aceito em: 10/04/2020